



LIVRE

Deputado Único Representante do Partido LIVRE

Projeto de Resolução n.º 562/XV/1.^a

Recomenda ao Governo que tome medidas decisivas no combate à inflação

A inflação voltou a ser um tema central das vidas de todos nós. O aumento dos preços que se tem verificado, em particular em bens essenciais, tem um impacto profundo na vida dos nossos concidadãos. No passado dia 16 de março a DECO Proteste anunciou que o preço do cabaz dos bens alimentares voltou a atingir um máximo histórico ao cifrar-se nos 235 euros, representando um aumento de 27,89% face ao dia 23 de fevereiro de 2022 (véspera da invasão da Ucrânia por parte da Rússia) e um aumento de 22,58% face ao período homólogo (16 de março de 2022)¹. Os bens alimentares em que a inflação mais se tem feito sentir são as frutas, os legumes e o peixe, todos eles parte basilar da dieta mediterrânica característica do nosso país. Para além disso, a inflação tem também feito sentir-se no setor energético que era, até há bem pouco tempo, o motor da escalada dos preços (inflação homóloga de 20,8% em dezembro de 2022, posteriormente descendo para 7,1% em janeiro²), tendo apenas recentemente sido substituído neste papel pelo dos bens alimentares. O aumento dos preços generalizado - com particular incidência nos dois setores já mencionados - configurou uma variação média anual no Índice de Preços do Consumidor de 7,8% para o ano de 2022³. Todos estes dados ilustram a subida de preços generalizada que se tem feito sentir no nosso quotidiano e cujos impactos devemos procurar atenuar.

Um dos problemas centrais para combater os efeitos da inflação que se tem feito sentir, prende-se com não haver na memória viva nenhuma crise inflacionária como esta e as respostas serem pensadas com base nas crises inflacionárias mais recentes, que são precisamente as que estão mais presentes na nossa memória coletiva. Desde antes do início da invasão da Ucrânia e até há bem pouco tempo, o Governo comparava esta crise inflacionária com a dos anos 70, crise essa que culminou com juros altos e com uma recessão. Foi preciso esperar quase um ano desde o início da guerra no leste europeu para ver o Governo a corrigir a sua posição

¹ [Quanto estão a aumentar os alimentos? | DECO PROTESTE](#)

² [Inflação desce para 8,4% em janeiro, com ajuda da eletricidade - Expresso](#)

³ [Portal do INE](#)



LIVRE

Deputado Único Representante do Partido LIVRE

e a perceber que a inflação que vivemos tem as suas principais causas do lado da oferta, acentuadas e perpetuadas pela própria guerra.

Até aqui, o Governo já chegou. Falta dar o passo seguinte. Se estamos perante uma inflação do lado da oferta e em tempo de guerra no continente europeu, urge tomar medidas que sirvam para combater esta inflação com estas características específicas. Neste sentido, as comparações históricas devem ser feitas com a inflação dos anos 30 e 40 do século XX, décadas que ficaram marcadas pelos eventos da segunda guerra mundial. Medidas que foram implementadas na altura devem servir de inspiração para a crise que vivemos atualmente, como por exemplo o contro de preços através da fixação de margens de lucro máximas - à imagem do que foi feito na pandemia com as máscaras, o álcool-gel e outros bens essenciais em contexto pandémico.

Mas mais coisas podiam ser feitas para combater a inflação. Durante a pandemia da COVID-19 foi-nos dito pelos nossos governantes, não raras vezes, que tínhamos que nos comportar perante a pandemia como se perante uma guerra estivéssemos.

Agora, no momento em que estamos com uma guerra em pleno continente europeu, exige-se que façamos pelo menos o que fizemos durante a pandemia.

As reuniões do Infarmed foram, em tempos de pandemia, importantes momentos de definição de prioridades de políticas públicas e de comunicação ao país dessas mesmas políticas. Agora que atravessamos também um momento particularmente difícil, fazem falta as reuniões equivalentes às do Infarmed mas para o fenómeno extraordinário de inflação que vivemos, envolvendo o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia, o Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura, a ASAE, a DECO, as associações de produtores, os sindicatos e outros agentes que se tenha por pertinentes.

Só com um amplo consenso entre todos estes agentes, medidas diretas de combate à inflação e apoio à oferta e à produção, será possível combater a inflação, atenuar os seus impactos e começar a baixar os preços.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado do LIVRE propõe à Assembleia da República que, através do presente Projeto de Resolução, delibere recomendar ao Governo que:

1. Promova a realização de reuniões multissetoriais dedicadas às políticas de combate à inflação, envolvendo o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia, o Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura, a ASAE, a DECO, as associações de produtores, os sindicatos, e outros agentes que se tenha por pertinentes;



LIVRE

Deputado Único Representante do Partido LIVRE

2. Estude os impactos da implementação de medidas de controle de preços, nomeadamente através de limites das margens de lucro, para os produtos dos setores mais afetados pela inflação e apresente publicamente os resultados desse estudo até ao final do primeiro semestre de 2023;
3. Assuma como prioridade no combate à inflação os apoios diretos à produção e à oferta

Assembleia da República, 22 de março de 2023

O Deputado

Rui Tavares